



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 10 | Nº. 18 | Jan./Jun. de 2018

**Andersen Kubnhavn
Figueirêdo**

*Mestre em História da África, da
Diáspora e dos Povos Indígenas
pela UFRB. Professor de História da
rede estadual e municipal de ensino
do Estado da Bahia*

ATIVISMO NEGRO EM SALVADOR NA DÉCADA DE 1970: imbricações entre política e cultura

RESUMO

Movimento negro surgiu da demanda reprimida de uma parcela da população, socialmente excluída do acesso aos bens de produção econômica, refletindo-se na condição de vulnerabilidade social, a que foi exposta historicamente, ora pelo racismo institucional, ora pelo imaginário racista, fundamentado na “ideologia do embranquecimento”. Nesse sentido, o movimento negro buscou estratégias de luta contra o racismo.

Palavras-chave: Movimento Negro. Diáspora. Racismo.

ABSTRACT

Black movement arose from suppressed demand from a portion of the population, socially excluded from access to economic output, reflecting on a condition of social vulnerability, which has historically been exposed, either by institutional racism, sometimes racist imagery, based on "whitening ideology." In this sense, the black movement sought strategies to combat racism.

Keywords: Black Movement. Diaspora. Racism.

Introdução¹

Este artigo tem o intuito de discutir a formação do movimento negro baiano, destacando as relações entre o setor político e o setor cultural durante a sua composição. O presente artigo ainda consta de depoimentos de vários militantes que fizeram parte desse processo de formação e das diversas entidades negras baianas, que tiveram intercâmbios culturais na década de 1970, os quais foram importantes para a construção da noção de pertencimento.

Nesse enfoque, enfatiza-se que cisões, divergências, tensões de caráter político constam do universo das múltiplas concepções ideológicas, presentes nos movimentos sociais. O movimento negro também se insere nessa lógica de ser heterogêneo, convergindo na luta pela emancipação do “povo negro”, mediante conquistas efetivas de direitos sociais e identificação cultural, principalmente na Bahia.

Importante ainda destacar as especificidades das ações do Movimento Negro Unificado (MNU) e do Ilê Aiyê, no sentido de analisar a ótica do ativismo político, cultural e o papel do movimento negro na cidade de Salvador, enfocando as divergências durante essa fase, principalmente no que concerne a um determinado grupo de militantes partidários de esquerda do Movimento Negro Unificado, os quais analisavam as manifestações culturais como desprovidas de uma concepção político-ideológica de enfrentamento com o poder do Estado.

Com base nos depoimentos obtidos dos militantes do MNU para esta pesquisa, o setor cultural apenas resgatava a autoestima do homem negro e da mulher negra, em suas apresentações nos blocos afro. Expressões do tipo “o negro é lindo”, “eu sou negão”, “meu cabelo é *black*”, entre outras expressões, configuram esse universo de elevação da autoestima do negro. Mas, segundo integrantes do MNU, ainda não se convertiam em políticas públicas efetivas para os afrodescendentes.

Criou-se, assim, um cenário de engajamento e identificação que contribuiu para a formação de um discurso de luta racial pautada em ações políticas e culturais do movimento negro.

¹ Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas (UFRB), em 2016.

O Atlântico: intercâmbio necessário

A década de 1970 foi um momento de efervescência no mundo todo, quando se intensificou a constituição de um sentido de diáspora, de libertação de algumas nações africanas que conquistaram a sua independência e de lutas pelos direitos civis e sociais nos Estados Unidos. Na música, destacava-se o Rock'nroll, e as questões étnicas estavam sendo bastante discutidas. No Caribe, sai o Ska e entra uma cultura Reggae diferenciada, e sofisticada de cunho religioso, tendo como bandeira os cabelos dreadlock, as cores, o novo jeito de se vestir, de andar, de dançar. Nessa época, também as diferenças emergem: etárias, dando origem ao movimento hippies, e a desigualdade de gênero resulta no movimento das mulheres. Com esse movimento, se configura uma diáspora para além da África, como refere Paul Gilroy:

Sob a ideia-chave da diáspora, nós poderemos então ver não a "raça", e sim formas geopolíticas e geo-culturais de vida que são resultantes da interação entre sistemas comunicativos e contextos que elas não só incorporam, mas também modificam e transcendem. (2011, p. 25)

Sobre esse contexto, o entrevistado, Antonio Jorge Victor dos Santos Godi, um dos fundadores do Grupo Teatral Palmares Inãron em 1976, professor da Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, ator, antropólogo, diretor teatral, fotógrafo, escritor, conta em seu depoimento.

[...] nós usávamos na camisa Jimi Hendrix com cabelo black, então é o momento de referência era Angela Davis, então é o momento de referência, mas também de referência forte no contexto local, mas, esse sentido de alargamento, espalhamento, ele é fundamental no sentido de você saber que está lá, saber que o outro de lá, seu parente está lá fazendo alguma coisa e você gosta daquela música e saber que eles estão adotando a nossa música. (Informação Verbal).²

De fato, não se deve pensar o movimento negro de maneira isolada, mas no contexto de construção de um mundo alargado no processo contínuo de transformações econômicas, políticas, sociais e culturais. Dessa maneira, os fatores externos eram recebidos pelos militantes do Movimento Negro Contemporâneo de forma constante. Este é um dos pontos relevantes na Carta de Princípios (elaborada em 1978), na qual já se observa a importância desse

² Entrevista com Antônio Jorge Victor dos Santos Godi, 14/10/2014.

intercâmbio com outros países no processo de construção da (as) identidade (s) dos militantes negros no Brasil, explicitado no trecho: “[...] nos solidarizamos com toda e qualquer luta reivindicativa dos setores populares da sociedade brasileira [...] e com a luta internacional contra o racismo [...]” .³

As contribuições das idas e vindas do Atlântico foram muito importantes, porém não se deve atribuir somente aos fatores externos a constituição do Movimento Negro Contemporâneo. Já existia um embrião para a sua formação, com destaque para Frente Negra Brasileira, que serviu inclusive como referência em outros países, como, por exemplo, Estados Unidos, e, com a abertura política desencadeada, a partir da década de 1970:

[...] O processo de abertura política e aproximação do fim da ditadura militar foram fundamentais para o surgimento de vários movimentos sociais no Brasil. A própria fundação do MNU ocorreu em São Paulo em função do protesto contra a morte de um operário negro em uma delegacia da cidade e contra a proibição de quatro jovens atletas negros entrarem num clube paulista. (Pereira 2013, p. 2015)

Salvador na década de 1970

Na década de 1970, Salvador não estava fora do referido contexto de efervescência, citado anteriormente. Existiam vários grupos culturais que já estavam em evidência, como o afoxé Filhos de Gandhi, por exemplo, fundado em 1949, que tinha, como principal característica, a figura do líder indiano Marathama Gandy.⁴ Esse grupo era constituído por negros, que faziam serviços pesados, trabalhando na estiva, entretanto não eram unidos por uma tendência política partidária.

Outros grupos já em destaque também eram o Núcleo de Cultura Afro Brasileiro (1972); O Ilê Aiyê (1974), o Malê de Cultura e Arte Negra (1979); Olodum (1979).

O Núcleo de Cultura Afro Brasileiro contribuiu com o processo de formação política da população negra na Bahia, tendo um papel fundamental no processo embrionário da retomada da luta negra no período da ditadura militar. As reuniões

³ PROGRAMA DE AÇÃO, 1992, p. 41

⁴ Mohandas Karamchand Gandhi (do sânscrito “A Grande Alma”) nasceu em 2 de outubro de 1869 em Portbandar e faleceu em 30 de janeiro de 1948 na Nova Déli. Fundador do Moderno Estado Indiano, Gandhi pregava a simplicidade, a não violência, a verdade, criando uma rede de alianças nas classes baixas, tendo o estilo político moderado. Gandhi foi assassinado, em 1948, por um hindu extremista.

do Núcleo eram feitas no bairro Corredor da Vitória no Instituto Cultural Brasil Alemanha (ICBA), onde era promovida uma série de atividades, incluindo debates, seminários, que questionava a falta de oportunidade do (a) negro (a) na sociedade baiana na década de 1970. Dentre os militantes negros que formavam o Núcleo, destacam-se José Lino Alves de Almeida (Lino de Almeida), Manoel de Almeida Cruz, Luis Orlando, Gilberto Leal. Segundo o ex-militante baiano⁵ Gilberto Leal, “[...] o embrião nesse período da década de 70 da formação político-ideológica dos militantes, dos ativistas negros de enfrentamento da ditadura militar, de enfrentamento da direita, se deu a partir dessa iniciativa do Núcleo de Cultura Afro Brasileiro.”⁶

Nesta perspectiva, é importante situar o intercâmbio Bahia-África como elo de fortalecimento de uma consciência racial junto aos membros das entidades afro baiana. Vale ressaltar também os estudos de intelectuais que também influenciaram esse processo de reafirmação. Dentre os quais é possível citar a figura de Pierre Verger, etnólogo francês que viajou pela África registrando, em película fotográfica, o cotidiano dos rituais e símbolos culturais de populações africanas. Já na segunda metade do século XX, esse etnologista encontra na Bahia, o candomblé e a umbanda, matéria-prima, para seus estudos sobre as manifestações culturais de matrizes africanas. Outros agentes fundamentais para esse intercâmbio foram os representantes das religiões afro-brasileiras e praticantes da capoeira.⁷

Foi nesse período que o coreógrafo norte-americano, Clyde Alafiju Morgan, posteriormente Diretor da Escola de Dança da UFBA, chegou a Salvador, aliando-se a Mário Gusmão na construção de espetáculos voltados para a cultura negra.

⁵ Com relação ao termo ex-militante, Gilberto Leal assim define de acordo com a sua visão: “[...] bom estamos falando institucionalmente, ex-militante da causa política [...] Quando estiver respirando, vou continuar sendo militante por uma sociedade justa e especificamente para a população negra. Agora, quando você está numa entidade, que você sai dessa entidade, que você discorda de algum detalhe, de algum tipo de condução política, então eu me considero ser ex-militante dessa organização. Eu sou fundador do MNUCDR, que estive lá, nos seus momentos iniciais, mas depois, quando o MNUCDR deixou de ser uma articulação de organizações, o fórum de organizações que era essa a proposta inicial, para passar a ser uma entidade com estatuto e conseqüentemente, já não admitiria que organizações tivessem bandeiras específicas nos seus quadros, então... aí eu achei que a proposta derivou para o outro modelo que não me agradava, tanto é que hoje eu continuo no fórum. Então, eu gosto das propostas de unidade em termos de fórum que as organizações ainda que pense diferenciada, ainda que tenha diversidades nas diversas linhas de pensamento, de como encarar determinada luta política, mas que elas possam se encontrar para traçar o eixo comum [...]”

⁶ Entrevista, 17/10/2015

⁷ PIREs. Antonio Liberac Cardoso Simões. A capoeira na Bahia de Todos os Santos. Tocantins: UFT,

Época em que a Secretária Municipal de Cultura realizou um ciclo de palestras desenvolvido pelo Departamento de Assuntos Culturais, entre os dias 02 e 05 de maio de 1978, com a socióloga mineira Lélia Gonzales, intitulado: “Noventa Anos de Abolição: Uma Revisão Crítica”. De acordo com a militante Luiza Bairros,⁸ “a visita de Lélia e o curso ministrado foram fundamentais para o desenvolvimento do movimento negro na Bahia, pois alguns participantes do curso que já discutiam a questão do racismo formaram o Grupo Nêgo, semente da qual surgiria o MNU – Bahia”.⁹ Carlos Eduardo Ribeiro de Jesus Guimarães Rollemberg, conhecido também por Edu Omo Oguiã, nome iniciático no candomblé Axé Opô Afonjá, do qual é um dos membros, Teólogo, Pós-Graduado em História, poeta e ex-militante do MNU/Bahia, relatou, em entrevista, a importância dessa semana:

[...] em maio de 1978 Rosita Salgado que era pessoa que estava dirigindo a Secretaria Municipal de Cultura, resolve comemorar a abolição e trazer uma palestrante Lélia Gonzales. Aí foi uma semana de atividade com Lélia Gonzales palestrando, o professor Morgan fazendo oficina de dança, foi uma semana muita rica, proveitosa e eu tinha uma visão muito cultural o que seria a mobilização negra no país. O Lino vivia me enchendo a cabeça de que a coisa deveria partir para o lado político, eu vi Lélia Gonzales durante uma semana me enfeitou me cativou para ser mais radical me envenenou.¹⁰ (Informação Verbal)

A socióloga Lélia Gonzales conta a importância desse evento para a criação do Grupo Negro, que, mais tarde, viria a ser a base do futuro MNUCDR de Salvador:

[...] A convite do Departamento Cultural da Prefeitura de Salvador, dirigi-me para aquela cidade, na primeira semana de maio, para dar um curso cujo título era: “Noventa anos de abolição: uma reflexão crítica”. O entusiasmo dos debates com aquele público eminentemente negro e jovem, deu-me a dimensão do que estava ocorrendo com a moçada negra em diferentes pontos do país. Representantes do Grupo Malê, do Centro de Estudos Afro-Brasileiros, assim como os blocos e afoxés de Salvador lá estavam discutindo e reivindicando, denunciando e se posicionando contra o racismo. Chegamos a um ponto que tive que adiar a viagem de retorno ao Rio para que pudéssemos melhor aprofundar as discussões. O resultado desse encontro foi a criação de um novo grupo, constituído por membros dos anteriormente citados, assim como pelos que a eles não pertenciam. Mas por que um novo grupo, se já existiam outros? A novidade dele estava no fato de articular de maneira explicitamente política a questão racial. O Grupo Nêgo viria a ser a base a partir da qual o futuro MNUCDR se estenderia a Salvador. (HASENBALG; GONZALEZ, 1982, p. 47)

⁸ Luiza Helena de Bairros, militante do Movimento Negro Unificado, exerceu o cargo de Ministra – Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Brasil no primeiro mandato da Presidente Dilma Russéf.

⁹ BAIRROS, 2014 – Disponível: www.maxwell.vrc.puc-rio.br/7183/7183_3.PDF

¹⁰ Entrevista a Carlos Eduardo Ribeiro de Jesus Guimarães Rollemberg, 12/7/2014

É bom ressaltar que esses eventos e intercâmbios culturais eram vistos com desconfiança pela imprensa na década de 1970. O Jornal A Tarde, de maior circulação na cidade de Salvador, fez uma crítica tendenciosa a grupos de negros como se estes estivessem fomentando o racismo. Analisando o livro *As elites de Cor* do antropólogo Thales de Azevedo, o articulista acentua a concepção de acomodação racial em Salvador:

Mas, como a sociedade baiana é uma sociedade multirracial de classes, em que realmente não há castas, isto é, grupos fechados, cujos componentes são hereditariamente classificados e não têm possibilidades de mudar a sua localização social ou de passar para outros grupos, as pessoas de cor têm o seu “status” condicionado por suas qualidades e aptidões individuais, competindo em igualdade de condições com os brancos. Em princípio qualquer indivíduo tem a possibilidade de ascender socialmente por sua fortuna, por seus méritos intelectuais, por seus títulos profissionais, por suas qualidades morais, ou pela combinação desses elementos, de acordo com o sistema de valores de uma sociedade de tipo capitalista.¹¹

O discurso está reproduzindo o status quo da elite dominante, que apregoava a crença de que a situação de fracasso reside na responsabilidade de cada indivíduo na sociedade, isentando o sistema expropriador como um todo e justificando a concepção de democracia racial.

O processo de organização do movimento negro baiano passa a ter como uma das bandeiras fundamentais o combate à concepção de democracia racial. Uma das estratégias foi fazer crescer os laços com instituições norte-americanas.

Deve-se salientar também o *rastafarianismo*,¹² considerado como um dos maiores movimentos de resistência negra. Em Salvador, houve dois expoentes na divulgação desse movimento, Albino Apolinário e José Lino de Almeida, ambos foram fundadores do Bar do Reggae, em 1978, no Pelourinho.

Como produtor cultural, o sociólogo José Lino de Almeida (Lino de Almeida) estabeleceu intercâmbios entre manifestações e gêneros musicais com populações da diáspora africana situada no continente americano, particularmente na Jamaica e nos Estados Unidos, como o reggae e o jazz, respectivamente. A proposta era dar visibilidade aos processos de resignificação das culturas negras.

¹¹ “Pretos e brancos”. A TARDE 3 de agosto de 1978, p. 4

¹² Para o historiador jamaicano Stuart Hall “o rastafarianismo se representou como um ‘retorno’. Mas aquilo a que ele nos retornou foi a nós mesmos”. (HALL 2003: 43)

Outro importante movimento cultural que influenciou e estabeleceu aspectos da “interação interétnica” foram os blocos carnavalescos de Salvador. Merece destaque os chamados “Blocos Indígenas”, entre eles “Os Apaches do Tororó”, “Os Caciques”, “Os Comanches”, “Os Guaranys”, “Os Penas Brancas”, “Os Peles Vermelhas”, “Os tupys”, “Os Syoux”, “Os Xavantes”, “Os Moicanos”, “Os Tamoios”, “Os Cheienes” e o “Viu não Vá”.

Um dos mais representativos “blocos de índios” foi “Os Apaches do Tororó”, o maior da cidade, composto por negros que entoavam cânticos de candomblé e rituais característicos, e, quando passava na avenida, configurava ali os conflitos raciais do cotidiano, a partir de seus trajes, adereços etc. Criado por um grupo de jovens do bairro do Tororó, no dia 28 de outubro de 1968, com as cores vermelha e branco.

Entretanto, as autoridades da época nunca apreciaram os integrantes do Bloco “Apaches do Tororó”, sempre relacionados como responsáveis pela violência e desordem no Carnaval baiano. A imprensa não mediu esforços, em suas matérias, para difamar o bloco. Conforme se vê na seguinte nota do Jornal A Tarde, **POLÍCIA PRENDEU 120 DOS “APACHES” POR DESORDENS**:

CENTO E VINTE INTEGRANTES DO Bloco Carnavalesco “Os Apaches” foram presos pela Polícia, no último dia do Carnaval, por determinação direta do Secretário da Segurança Pública, coronel Luís Arthur de Carvalho. As prisões começaram por volta das 22 horas de terça-feira, e se prolongaram durante a madrugada. Somente foram presos aqueles que não cumpriram a ordem do Secretário da Segurança, no sentido de recolher o bloco. [...] a decisão para o recolhimento de “Os Apaches” foi tomada depois de uma reunião do Secretário de Segurança e autoridades da Delegacia de Jogos e Costumes, com os dirigentes do bloco. Ficou acertado, então que o bloco deveria ser recolhido, mas vários elementos do grupo se rebelaram contra a decisão e continuaram nas ruas.¹³

De acordo com a historiadora Patrícia de Santana Pinho, essa perseguição não se refere apenas aos anos de 1970, mas, muito antes, já existia a tentativa de impedir a participação dos negros no carnaval baiano.

[...] Os primeiros grupos negros que tentaram desfilar nas ruas da Bahia durante o carnaval, desde o final do século 19, sofreram violenta repressão policial, além de serem fortemente criticados pela imprensa que os acusava de ameaçarem os padrões europeus “civilizados” através de uma “africanização” da Bahia. Grupos como os ‘Pândegos d’África’ e a ‘Embaixada Africana’ foram reprimidos por

¹³ “Polícia prendeu 120 dos “apaches” por desordens”. A TARDE, 24 de fevereiro de 1977, p.10.

serem considerados “feios” e “selvagens”. Sua aparência era tida como inapropriada para um carnaval que se desejava “refinado” e “elegante”, ao estilo dos carnavais de Paris e Veneza. (PINHO, 2004, p. 121-122)

“Os Apaches” eram negros vestidos de índios norte-americanos, com esta atitude eles estavam representando uma estratégia territorial de afirmação identitária, com a intenção de manifestar uma cultura afro. Segundo Godi (1991, p. 62), “uma relação sincrética do culto afro de Angola”, no qual se encenava um culto aos caboclos, uma música de características de matrizes africana com as vestes de indígenas da América do Norte.

Nesse contexto de busca pela visibilidade, faz-se necessário citar os afoxés, pois congregam a marca de uma identidade cultural. Reis da Mata, Filho de Odé, Tribo Costeiros da Índia, Império da África, Badauê, Filhos de Gandhi são alguns que estabeleceram essa marca de afirmação de um povo. Todos os afoxés estavam inteiramente ligados aos terreiros de candomblé, que, antes de sair para a avenida, realizavam, em suas casas, todos os seus rituais de cumprimento, oferecendo seus despachos a Exu como proteção para que os foliões fossem protegidos durante o Carnaval.

Os afoxés podem ser descritos como “Candomblés de rua” Quase todos os membros dos afoxés se vinculam ao culto. Seus músicos são alabês, suas danças reproduzem as dos orixás, seus dirigentes são babalorixas (chefe de terreiro que domina a língua yoruba) e o ritual do cortejo obedece à disciplina da tradição religiosa. (GUERREIRO, 2010, p. 71-72)

Sobre esse aspecto, é importante lembrar que o Ilê Aiyê,¹⁴ nessa época, era referência de vanguarda de elementos culturais afro-brasileiros, tendo sua primeira aparição no carnaval baiano de 1975, com a música Que Bloco é Esse?, uma composição de Paulinho Camafeu. Essa aparição propiciou o agrupamento de milhares de afrodescendentes. Segundo um de seus fundadores, Antonio Carlos dos Santos,¹⁵ Vovô, que, em entrevista, fala sobre o objetivo do bloco:

O Ilê foi fundado realmente com o objetivo de combater o racismo através do carnaval, que, na época do carnaval, a gente observávamos que, nos grandes blocos, nos clubes na época, o negro só saía tocando ou carregando alegoria e,

¹⁴ O Ilê Aiyê, que, em Yoruba, significa ‘Casa de Negros’, ‘Abrigo de Negros’ ou ainda ‘Terreiro de Negros’

¹⁵ Antônio Carlos dos Santos, Vovô do Ilê, fundou em 1974, juntamente com Apolônio de Jesus no bairro da Liberdade em Salvador, o Bloco Carnavalesco, o Ilê Aiyê, o bloco formado por pessoas negras.

nos clubes, também desfilavam. Só tinham mulheres brancas, rainhas, essas coisas... só brancos desfilavam nos clubes e nós resolvemos criar o bloco afro na liberdade.¹⁶

Evidentemente, o “pano de fundo” do surgimento dos blocos afro teve como base uma reação de exclusão e marginalização de diversos elementos negros em bloco carnavalescos de animação, que eram compostos e dirigidos pela classe média branca da cidade de Salvador (BA). Desse modo, a formação dos blocos afro se dá também por uma questão de ego e de brio feridos, que, paralelamente, foi usada para reafirmar a cultura de uma coletividade.

A criação do Ilê Aiyê, em 1974, também pode ser vista como uma iniciativa de caráter político, pois vigorava o período da ditadura militar, e, nesse momento, a questão do racismo era tabu na esfera pública, sendo que a iniciativa de discussão desse problema poderia acarretar danos, perseguições, patrulhamento, prisão a quem assim procedesse, pois ações desse tipo eram consideradas como ato subversivo, que se enquadrava na lei de “segurança nacional”. Naquele momento, veiculava-se ao Estado a ideologia da democracia racial, sob a alegação de haver uma relação harmoniosa entre as três “raças” que compuseram a formação do povo brasileiro: brancos, negros e índios. Contrapondo a essa concepção, os ensaios do bloco eram vistos como sinônimo de desordem, multidão de negros desocupados, vadios, conforme se subteve em notas publicadas pelos jornais impressos da época. Dentre elas, pode-se citar a nota publicada pelo Jornal A Tarde, intitulada BLOCO RACISTA, NOTA DESTOANTE, reflete as posições reacionárias de uma parte da sociedade na época:

Conduzindo cartazes onde se liam inscrições tais como: “Mundo Negro”, “Black Power” “Negro para Você”, etc., o bloco Ilê Aiyê, apelidado de “Bloco do Racismo”, proporcionou o feio espetáculo neste carnaval. Além da imprópria exploração do tema e da imitação norte-americana, revelando uma enorme falta de imaginação, uma vez que em nosso país existe uma infinidade de motivos a serem explorados, os integrantes do “Ilê Aiyê” – todos de cor – chegaram até a gozação dos brancos e das demais pessoas que os observavam no palanque oficial. Pela própria proibição existente no país contra o racismo é de esperar que os integrantes do “Ilê” voltem de outra maneira no próximo ano, e usem em outra forma a natural liberação do instinto característica do Carnaval. Não temos felizmente problema racial. Esta é uma das grandes facilidades do povo brasileiro. A harmonia que reina entre as parcelas provenientes das diferentes etnias, constitui, está claro, um dos motivos de inconformidade dos

¹⁶ Entrevista com Antônio Carlos dos Santos, Vovô, na sede do Ilê Aiyê, 27/6/2014.

agentes de irritação que bem gostariam de somar aos propósitos da luta de classes o espetáculo da luta de raças. Mas isto no Brasil, eles não conseguem. E sempre que põem o rabo de fora denunciam a origem ideológica a que estão ligados. É muito difícil que aconteça diferentemente com estes mocinhos do “Ilê Aiyê”.¹⁷

Essa citação do Jornal A Tarde sustenta a ideologia da democracia racial, buscando ofuscar os conflitos étnicos, tentando supor a existência de uma sociedade harmônica e de uma convivência cordial. Assim, foi construída a nação brasileira, na qual a mestiçagem serviu como um alicerce de sustentação dessa ideologia, sendo propagada para o resto do mundo como modelo. Todavia, a ideologia da democracia racial serviu para manter a hegemonia de uma elite branca dominadora, que, comumente, explicava a impossibilidade ou o fracasso do povo negro na sociedade por motivo de sua ineficiência, desinteresse, indolência inata e a falta de esforço, já que todos eram iguais.

Segundo o militante negro e professor de Língua Portuguesa da Rede Pública do Estado da Bahia, Jonatas Conceição da Silva, “Esse jornal expressa bem a identificação que se fazia na época entre militantes negros e comunistas. Para A Tarde a Bahia era o paraíso da democracia racial que passava a ser ameaçado por vermelhos disfarçados de pretos”. (1988, p. 10)

Os blocos afro, no entanto, inegavelmente tiveram, nessa época, uma contribuição fundamental na visibilidade da história dos negros, ao assumir a sua identidade através da musicalidade e da sua relação intrínseca com o candomblé. Um dos exemplos evidentes é o Ilê Aiyê, o qual existe até os dias atuais, como se observa pela vibração de populares acompanhando a saída do bloco na sua sede, no Curuzu, no bairro da Liberdade. Esse bloco mantém o respeito à religião desde o seu início.

As divergências: cultura x política

Em Salvador, o embrião do *Movimento Negro Unificado*, foi o *Grupo Nêgo – Estudo Sobre a Problemática do Negro Brasileiro*, tornando-se, mais tarde, a seção baiana do MNU, em virtude da solidariedade ao ato ocorrido em São Paulo, no dia 7 de julho de 1978, como resposta à discriminação sofrida pelos atletas

¹⁷ Bloco Racista, Nota Destoante. A TARDE, 12 de fevereiro de 1975, p.3.

negros no Clube de Regatas Tiête, e também como resposta ao assassinato do jovem operário Robson Silveira da Luz que teve repercussão nacional.

De acordo com o militante Jônatas Conceição da Silva,

[...] O Grupo Nêgo mantinha contatos com o Movimento Negro Nacional e procurava se articular com a luta contra o racismo que se esboçava, em 1978, no Brasil. A ata nº 9 do grupo, de 5 de julho de 1978, faz referência ao 1º ato público do MNU em São Paulo, que seria a 7 de julho daquele ano [...]
[...] As atas iniciais do grupo negro não registram exatamente em que data o Grupo passou a denominar-se Movimento Negro Unificado [...] (1988, p. 16)

O movimento negro na Bahia surge em meio a tensões e divergências, principalmente entre setores culturais e políticos, e, em consequência desses antagonismos, surgiram os principais representantes do MNU baiano. Muitos jovens negros da época queriam lutar contra o racismo estrutural.

Essa polêmica entre cultura e política não teve origem na década de 1970, como esclarece a historiadora Florentina da Silva Souza,

A polêmica na análise das relações entre cultura e política nas entidades negras vem se estruturando desde o século XIX, quando entidades como a Sociedade Protetora dos Desvalidos na Bahia foram “proibidas” de envolvimento com questões sociais e políticas. Em decorrência disso, as irmandades negras foram obrigadas, muitas vezes, a camuflar seus objetivos e atividades para garantir seu intento de “proporcionar um espaço social necessário à coesão do negro para formar correntes de libertação e re-estruturar seus valores.” (SOUZA apud JORNAL DO MNU. N. 9 p.8)

Essa tensão entre a visão culturalista e a política nunca foi superada, dando de maneira muito flagrante de expoentes, das plenárias, reuniões do movimento, e, por sinal, não foi exclusividade da Bahia, embora fosse mais expressiva. O Rio de Janeiro, por exemplo, não ficou fora desse embate. No final da década de 1970, existia, na capital carioca, a *Sociedade de Intercâmbio Brasil – África (SINBA)*, que pensava a luta dos negros brasileiros a partir da África, e que, mais tarde, vai sofrer uma forte oposição dos militantes do *Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN)*, que se baseava em outra perspectiva, focada mais no negro brasileiro.

O cientista político estadunidense Michael George Hanchard compartilha com a análise descrita acima.

No Rio de Janeiro, as duas organizações mais destacadas que surgiram na década de 1970 foram a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (SINBA) e o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN). Eles foram fundados em 1976

e 1975, respectivamente. Embora as duas organizações tenham emergido dos mesmos debates grupais da Universidade Cândido Mendes, em Ipanema, sua existência refletiu o aparecimento de divergências e cisões, dentro do movimento, com respeito às afinidades táticas e ideológicas [...] o SINBA era considerado o grupo mais africanista, enquanto o IPCN era retratado (um tanto depreciativamente, em alguns círculos do movimento) como mais americanista [...] (2001, p. 143)

Em 1988, dez anos após a fundação do *Movimento Negro Unificado (MNU)*, aconteceu a celebração do Centenário da Abolição. O governo federal buscou capitalizar e promover um grande evento festivo na Serra da Barriga, no estado de Alagoas. Mais uma vez, o embate não deixou de acontecer. De um lado, o grupo do movimento negro que discordava desse tom festivo e celebrativo, e partia para a denúncia, levando a bandeira política, arrancando do governo políticas públicas. Do outro lado, o grupo mais culturalista, que participou das celebrações e de todas as festividades que aconteceram, através de métodos tradicionais que contemplavam a musicalidade, a dança, o teatro e outras manifestações artísticas.

Já em relação à Bahia, existia uma tradição identitária, na qual o projeto culturalista foi muito forte e teve a sua especificidade que passa pela religiosidade, diferente dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

Na década de 1970, a maioria dos militantes negros baianos eram estudantes oriundos das universidades e não possuíam, de certa forma, a consciência da dimensão, da importância e do papel da religiosidade africana e da cultura negra como elementos fundamentais para agregar os valores na luta contra o racismo. Essa conjuntura perdurou por muito tempo até que fosse compreendida pelo movimento. O MNU, na época, afirmava, segundo o militante Raimundo Gonçalves dos Santos,¹⁸ conhecido como Bujão, que “cultura e religião” não iam fazer revolução. Segundo a historiadora Goli Guerreiro,

[...] o MNU passou a constituir uma entidade formalmente política, e por isso mesmo se contrapõe tanto ao candomblé – visto como um movimento conservador que sempre esteve ligado ao poder, através da cooptação de personagens influentes da esfera da política – como aos blocos afro que começam a se organizar nos anos 70 e ganham mais força nos anos 80 [...] (GUERREIRO, 2000:101-102).

¹⁸ Raimundo Gonçalves dos Santos – Bujão, militante do MNU/Bahia, Bacharel em Filosofia pela Universidade Católica da Bahia, Funcionário da CCPI – Centro de Cultura Popular e Identitária.

Atualmente, o *Movimento Negro Unificado* desenvolve um programa em que a agenda atinge a demanda junto ao Estado institucional, visando à efetivação das chamadas ações afirmativas dentro de um conjunto da plataforma política do movimento.

A maioria das entidades negras dessa época carregava elementos de cunho político-cultural não proclamado, embora o bloco afro Ilê Aiyê agisse de forma implícita, por meio de métodos tradicionais de conscientização, como cursos, palestras, oficinas, jornais impressos, boletins, plenária, ação política e panfletagem.

O autor Osmundo Pinho, em sua obra *Mundo Negro: Hermenêutica Crítica da Reafricanização*, cita o ativista negro e político Luís Alberto, ao discorrer sobre o engajamento político dos militantes negros: “o caráter universitário da perspectiva de alguns militantes parecia a Luís Alberto incorporar um sentido de ‘vanguardismo’, como se eles viessem trazer a verdade e a luz para ‘as bases’ perdidas na ‘alienação’”. (2012, p. 383)

Com o passar do tempo, os militantes do MNU começaram a contestar os integrantes do Ilê Aiyê, que, segundo o presidente desse bloco afro, Antonio Carlos dos Santos, Vovô, teve seus membros vítimas de expressões preconceituosas como: “falsos africanos”, “tocador de tambor”, “alienados”, “feiticeiros”. Diante dessas expressões, tornava-se nítida a divergência ideológica existentes entre os ativistas negros:

Depois do surgimento do MNU, em 1978, a gente começou a participar das reuniões também, e a gente percebia que essas reuniões no ICBA e essas coisas, a gente era muito mais branco do que negro. Às vezes, o assunto... sempre mesmas pessoas e aquela coisa muito radical, mas não teve nada mais radical do que o Ilê Aiyê, quando nós chegamos dizendo que aqui só negão. Começou também através do carnaval você se destacar, o bloco começou a aparecer, começaram a surgir outros blocos e isso se criou um pouco de ciúme de divergências entre nós negros.

Então os objetivos eram os mesmos, agora os caminhos era outra forma de fazer. E a gente começou a perceber que você fazia reuniões tinha vinte pessoas, quinze pessoas, nas reuniões sempre as mesmas pessoas e aquela ideia não tinha como socializar, e com a música, não¹⁹ (Informação Verbal)

A musicalidade tem o poder de sedução maior do que uma palestra, confirmando o que “Vovô” afirmou acima em sua fala. Desse modo, a inserção da coletividade negra no bloco afro, em princípio, foi para além da noção de identificação negra, afinal tinha também um caráter lúdico, muitas vezes, exótico e de entretenimento para uma parcela da sociedade carente de lazer.

¹⁹ Entrevista com Antônio Carlos dos Santos, Vovô, 27/6/2014.

No seu depoimento, o fundador do *Núcleo Cultural Afro-Brasileiro*²⁰, em 1973, Gilberto Leal, assim se refere à relação entre os dois lados: o cultural e o político, no combate ao racismo na década de 1970.

Na verdade enfrentar a opressão, enfrentar o poder opressor e assassino inclusive é bom que se diga, na época não era qualquer coisa nesse período, principalmente, da ditadura e, claro, pós-ditadura. Situações que em novos modelos ainda se perpetua até hoje. Então, não é algo fácil se você para além de ter uma consciência da sua condição de negro, você não agrega isso, uma carapaça de defesa para o enfrentamento que lhe deixa uma pessoa destemida para tal. Então, e o movimento cultural de cultura negra, ele tinha limites, tinha e tem limites até hoje. Então, os limites dele, era o movimento que se limitava a mostrar a cultura, mostrar a cultura que tem um papel importante na afirmação aí da sua autoestima, na afirmação da sua condição de negro, muito calcado no que você tinha de exclusão, mas, não era o movimento que agregava isso uma formulação e uma determinação ideológica, sabendo identificar perfeitamente o seu inimigo [...] Então, ele contestava, se reafirmava como negro, mas, essa contestação não era colocada como incômodo ao opressor. [...] Então, os militantes negros e negras ideologizados de esquerda tinham essa determinação, estavam dispostos a pagar esse preço, preço de ser excluído, preço de ser violentado, preço de serem, inclusive, até mortos, presos, etc.²¹(Informação Verbal)

Nota-se que a concepção política dos militantes de esquerda era o que se conhece como “corpo a corpo”, enfrentando os poderes constituídos até as últimas possibilidades de concretizar a ação. Ao contrário do cultural, que era o embate mais cauteloso com as autoridades que representavam o poder do Estado. O que estava em voga não era o partido em si, mas valorizar a autoestima do homem negro, da mulher negra e, por isso, os militantes do MNU taxavam os integrantes do Ilê Aiyê como sujeitos despolitizados, uma vez que se submetiam a uma prática assistencialista de efeitos localizados e momentâneos.

Os militantes partidários de esquerda do MNU, nos seus discursos, viam na sociedade socialista a única forma viável de eliminação de todos os mecanismos de opressão, inclusive a racial, por intermédio de um discurso contundente, no qual se posicionavam de forma contrária às ações do Estado. Para os ativistas políticos de esquerda, a ideologia, dessa forma, era concebida como terreno de luta e de disputa pelo poder.

²⁰ O Núcleo Cultural Afro-Brasileiro foi muito atuante na década de 1970, realizando várias atividades, como por exemplo, organizou, no segundo semestre de 1978, em Salvador, o ciclo de palestras sobre as questões raciais tendo como participantes o militante negro paulista Abdias do Nascimento, o sociólogo José Lino de Almeida (Lino de Almeida), Leib Carteador Crescêncio dos Santos, além do Deputado Federal baiano Marcelo Cordeiro e o Senador Rômulo de Almeida.

²¹ Entrevista com Gilberto Leal, 7/12/2014.

Figura 1 - Estética Negra.



Fonte: Arquivo do Ilê Aiyê: Sede Senzala do Barro Preto

Ao pensar a constituição do movimento negro contemporâneo brasileiro, chega-se a seguinte consideração: os movimentos culturais afro tiveram contribuições significativas na constituição do que se tem chamado de consciência negra por todo o país.

Em Salvador, por exemplo, o cultural e o político, para os militantes partidários de esquerda do MNU, estavam dissociados. No entanto, o antropólogo Antonio Jorge Victor dos Santos Godi defende que as atividades culturais serviram de embrião para o movimento negro baiano:

[...] Política é *polis*, partilhamento da vida e cultura também. Fala-se de uma atividade política, no que diz respeito ao estilo de fazer a política dentro dos padrões dos partidos, onde ações ligadas aos movimentos sociais também é cultura e nós conquistamos tudo que nós temos hoje foi através da cultura, da festa, da música que nós construímos. Então, o sentido da identidade e que até hoje é a nossa grande munção, contaminar, seduzir os outros.²²(Informação Verbal)

O historiador Amilcar Araujo Pereira, em sua obra “*O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil*”, acentua a complexidade e a diversidade do movimento social no Brasil, tanto na sua formação quanto em sua atuação,

[...] considero o movimento negro organizado como um movimento social que tem como particularidade a atuação em relação “a questão racial. Sua formação é complexa e engloba o conjunto de entidades, organização e indivíduos que

²² Entrevista com Antônio Jorge Victor dos Santos Godi, 14/10/2014.

lutam contra o racismo e por melhores condições de vida para a população negra, seja através de práticas culturais, estratégias políticas, de iniciativas educacionais; o que faz da diversidade e pluralidade característica desse movimento social[...]. (2013, p. 40)

Quebrando paradigmas

Ao longo da sua trajetória, o MNU foi verificando posições e resignificando suas práticas, criando estratégias, junto à população negra, para fortalecer a luta contra o racismo na sociedade brasileira. Nesse ínterim, por exemplo, entidades religiosas de matrizes africanas denunciaram, junto à autoridade competente e a veículos de comunicação, práticas abusivas de intolerância. Com essa atitude, a sociedade toma conhecimento de que as manifestações culturais também reivindicam direitos, articulando parcerias com organismos de luta contra a discriminação racial. Nesse sentido, o MNU entendeu que a manutenção da cultura é um elemento de ação estratégica para se construir propostas na agenda política de luta do movimento negro. Assim, Antonio Carlos dos Santos – Vovô afirma:

[...] O MNU tem que dar uma retomada, eu não sei hoje como é que estão os quadros do MNU, mas uma sugestão minha é que se deveria tentar ampliar seus quadros, até dentro das entidades carnavalescas, com a comunidade em geral, para se fortalecer mais. Isso não inviabiliza porque sou do Ilê Aiyê, eu ser do MNU, entendeu? Eu acho que o MNU tem que chegar junto, ainda mais aqui na Bahia, principalmente porque estamos observando o enfraquecimento muito grande das entidades tidas como negras. Hoje só tem o Ilê Aiyê a nível do bloco afro se mantendo. Então, é muito importante que o MNU esteja bastante fortalecido e mesmo que não tenha interesse em inchar com quadros, mas que voltasse a fazer um trabalho de parcerias com outras entidades.²³

Outra crítica direcionada ao MNU diz respeito à falta de participação de integrantes negros das camadas populares, oriundos de favelas, bairros de periferias e desempregados. Conforme esclarece Fernando da Conceição (1988, p. 45), “[...] A maior crítica que se fazia aos militantes do MNU residia no fato de seu distanciamento com a base negra. [...] um grupelho de intelectualizados que nada faz de concreto, costumávamos comentar”. Isso corresponderia ao trabalho de base que a organização negligenciou por algum tempo, para a formação de seus quadros. Geralmente realizam-se vários seminários, congressos, dos quais participam poucas pessoas, em sua maioria intelectuais negros.

O presidente do Ilê Aiyê, Antonio Carlos dos Santos – Vovô, enfatiza que

²³ Jornal do MNU, 1988, p. 12.

[...] nós, que somos militantes do movimento negro, observamos que quando promovemos um seminário, um congresso, a frequência ainda é muito pouca. Ainda não conseguimos atingir a massa negra; sempre são os mesmos e, infelizmente, ainda é muito frequentado pelos brancos. O Povo Negro deixa de receber muitas informações importantes sobre as decisões tomadas nesses seminários e congressos, por não frequentarem [...]. (IDEM, 1988, p.12)

A falta de quórum de participação do conjunto nos seminários e congressos promovidos pelos organismos e entidades afro foi elemento problemático na ampliação de quadros novos para as suas respectivas agremiações.

Conclusão

É importante destacar que houve legitimidade tanto dos militantes do MNU na luta política quanto dos blocos afro em sensibilizar a população negra na luta contra a discriminação racial. Nesse ínterim, os blocos afro, por terem origem na cidade de Salvador, sede própria, favoreceram o intercâmbio mais rápido com os seus integrantes, garantindo a sobrevivência dessas entidades, como também a implementação dos seus respectivos projetos.

Com relação ao MNU, que teve sua formação em São Paulo, 1978, observa-se que o mesmo possuía, em seu quadro de pessoal, indivíduos com diferentes formações ideológicas, tornando o seu perfil mais complexo em termo da entidade negra. Essa abordagem é ilustrada na colocação de Amilcar Araujo Pereira.

[...] não havia dinheiro para financiar o movimento. A precariedade de recursos era notória, e até em função do próprio tipo de organização que em geral era construída, com um caráter associativo ou filiativo, a maioria dos militantes associados pagava as despesas da organização com seu próprio dinheiro, ou com os recursos obtidos em decorrência da própria militância, como no caso da venda dos jornais e cartilhas do movimento, por exemplo. [...] na década de 1970, o apoio mais substantivo vinha da relação dos militantes com outras instituições. [...] o Instituto Cultural Brasil-Alemanha cedia sua sede para as reuniões [...] e assim por diante. (2013, p. 287)

Uma das propostas do MNU era unificar, em escala nacional, todos os grupos e entidades antirracistas. Essa proposta de unificação já tinha sido tentada na década de 1930, pela Frente Negra Brasileira, e pela União do Homem de Cor

– UHC, nas décadas de 1940 e de 1950. A tentativa de unificação, a partir da entidade negra, em um país de complexidade e diversidade cultural como o Brasil, constituiu uma missão.

Por outro lado, a prática dos militantes que atuaram nas associações culturais demonstra que o teatro, a dança, a música, os blocos, trouxeram momentos de visibilidade e expressão para o povo na cidade de Salvador (BA). O Ilê Aiyê, que tradicionalmente inicia o desfile saindo da sua sede, a Senzala do Barro Preto, no Curuzu, na Liberdade, fazendo uma longa caminhada até a Avenida principal, tem uma visibilidade e é considerado forma de expressão cultural e de reafirmação do povo negro.

De acordo com o ativista político Gilberto Leal, a sensibilização do povo negro pelo viés cultural é algo que tem o poder de penetração maior, facilitada, inclusive, por expressões como dança, música, que provocam maior interação junto à comunidade afrodescendente para discutir e debater a questão racial, conscientizando-a em prol da cidadania. Assim, o poder de inserção de um discurso político e ideológico produz efeitos reduzidos frente ao poder institucionalizado, pois este tende a reagir com violência e repressão ao embate direto corpo a corpo.

Nesse sentido, os militantes político-partidários de esquerda expressam a concepção do cientista norte-americano, Michael George Hanchard, pois este afirma que “[...] as práticas culturais que visam à mobilização política, por si mesmas, não mobilizam as pessoas. Para ter coerência, elas têm que fazer parte de processos sociais integrados – ao mesmo tempo, ideológicos, culturais e materiais”. (2001, p. 163)

Por outro lado, havia uma visão culturalista que buscava valorizar mais a construção da autoestima, do orgulho negro, uma luta pautada na identidade negra.

De acordo com Petrônio Domingues,

Essa tendência pode ser denominada de celebração da negritude, uma afirmação racial e essencialista, que se consolidou na década de 1970. Uma expressão emblemática dessa política é a postura dos grupos afros da Bahia, procurando celebrar a negritude não só pelo viés musical, mas, através do corpo, estilo, comportamento, dança, estética, enfim por símbolos artísticos e artefatos culturais.²⁴ (Informação Verbal)

²⁴ Petrônio Domingues, palestra proferida no dia 21 de novembro de 2014 no VIII Fórum Pró Igualdade Racial e Inclusão Social realizada no Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, UFRB.

Nessa visão, a superação do racismo na sociedade passa pelo reencontro do afro-brasileiro com a “Mãe África”.

Domingues (2014), de acordo com as considerações de Paul Gilroy, adverte sobre os riscos que representam as construções da negritude centrada em torno de algumas essências, supostamente, de algumas representações de “traços naturais”. As culturas negras, longe de serem “reservatórios” de atributos do passado africano, são projetos de inovação, adaptação e elaboração em cada contexto histórico.

Nessa vertente, Domingues (2014), em consonância com Sturt Hall, frisa que não existem formas puras de culturas negras, todas essas formas são sempre o produto de sincronização parcial, engajamentos sociais que atravessam as fronteiras culturais, e, com influência de mais de uma tradição cultural de negociações entre posições dominantes e subalternas, estratégias subterrâneas de recodificação de transcodificação e significação crítica e do ato de significar a partir de materiais preexistentes.

Enfim, apesar de existirem antagonismos e até cisões dentro do movimento negro no pós-abolição, ambos os setores político e cultural, utilizaram de táticas para a integração dos afrodescendentes na sociedade brasileira. Essas estratégias foram positivas, e, conseqüentemente, serviram de alicerce para as atuais e as futuras conquistas do povo negro.

Referências

Entrevistas:

ALBERTO. Luís, **Entrevista**, em 26/08/2014.

LEAL. Gilberto, **Entrevista**, em 17/10/2015.

_____ **Entrevista**, em 07/12/2014.

GODI. Antonio Jorge Victor dos Santos, **Entrevista**, em 07/10/2014.

ROLLEMBERG. Carlos Eduardo Ribeiro de Jesus Guimarães, **Entrevista**, em 12/07/2014.

SANTOS. Antônio Carlos dos. **Entrevista**, em 25/06/2014.

SANTOS. Raimundo Gonçalves dos, **Entrevista**, em 25/06/2014.

Livro:

AZEVEDO, Thales de. **As elites de cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social e classes sociais e grupos de prestígio**. 2ª Ed – Salvador EDUFBA:EGBA, 1996.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, São Paulo: Ed.34, 2001.

GUERREIRO, Goli. **A trama dos tambores. A música afro-pop de Salvador**. 1ª edição, São Paulo: Editora 34, 2010.

HASENBALG, Carlos; GONZALES, Lélia. **Lugar de negro**. Editora Marco Zero Ltda. Rio de Janeiro, 1982.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. 2.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

HANCHARD, Michael George. **Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945 – 1988)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO 1978-1988: **10 anos de luta contra o racismo**. São Paulo: Confraria do Livro, 1988.

PEREIRA, Amilcar Araujo. **O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, FAPERJ, 2013.

PINHO, Osmundo Santos de Araújo. **O Mundo Negro: Hermenêutica Crítica da Reafricanização em Salvador**. Curitiba: Editora Progressiva, 2010

PIRES, Antonio Liberac Cardoso Simões. **A capoeira na Bahia de Todos os Santos**. Tocantins: UFT, 2003.

PROGRAMA DE AÇÃO, ESTATUTO. MNU – MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO, Salvador – Bahia – 1992.

SOUZA, Florentina da Silva. **Afro-descendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU**. 1 ed., - Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

Jornal:

“Apaches”, ganhador de títulos, desfila com mensagem de paz. **A Tarde**, Salvador, 23/02/1979.

BLOCO RACISTA, NOTA DESTOANTE. **A Tarde**, Salvador, 12/02/1975, p. 03. Dança contemporânea. **A Tarde**, Salvador, 18/05/1974.

JORNAL NÊGO, Salvador, 1988.O negro é tema de palestra na Semana da Abolição.

A Tarde, Salvador, 19/05/1976.

Polícia prendeu 120 dos “Apaches” por desordens. **A Tarde**, Salvador, 02/02/1977, p. 10.

Pretos e brancos. **A Tarde**, Salvador, 03/05/1978, p. 4.

Racismo tem curso. **Jornal Tribuna da Bahia**. Salvador, 11/04/1988, p. 36.

Online:

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos**. 2008. Disponível em: <www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/download/2485/1981> Acesso em: 13 jun.2014.

GODI. Antonio Jorge Victor dos Santos, **De índio a negro, ou o reverso**. Caderno CRH. UFBA, Salvador, 1991. Disponível: <www.cadernocrh.ufba.br/include/getdoc.php?id=1390&article..> Acesso em: 02 fev. 2015.

Palestra:

DOMINGUES, Petrônio. **Palestra proferida no dia 21 de novembro de 2014 no VII Fórum Pró Igualdade Racial e Inclusão Social**, realizada no Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), Universidade federal do Recôncavo da Bahia.

Música:

CAMAFEU, Paulinho. **Que Bloco É Esse?** Salvador, Bahia, 1974.

Andersen Kubnhavn Figueirêdo

Mestre em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Professor de História da rede estadual e municipal de ensino do Estado da Bahia.
